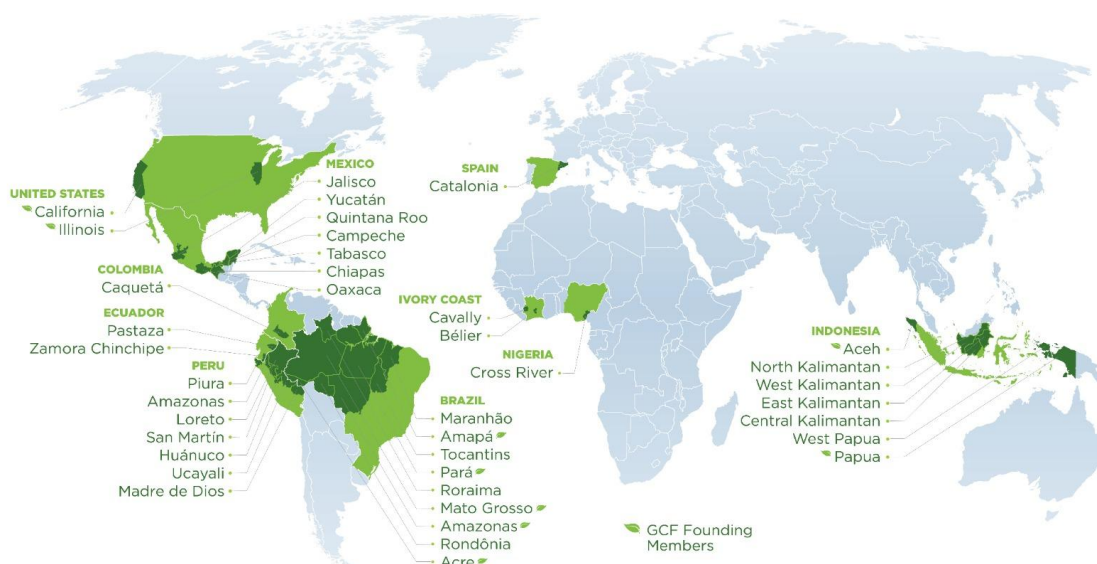


Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas

Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal

Manaus (AM), Brasil, 17 de março de 2022



Nós, da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e as Florestas (Força Tarefa GCF), estamos aqui para a reunião anual de 2022, na cidade de Manaus, Brasil, no famoso encontro das águas – onde o Rio Negro se junta ao Rio Solimões para formar o poderoso Rio Amazonas. As águas que passam por este local conectam a todos nós, uns aos outros. Essas águas vivem porque nossas florestas vivem. Ambas vivem porque nosso clima vive.

Por mais de dez anos, temos trabalhado para promover lideranças e ações subnacionais acerca das florestas e do clima. Hoje, somos trinta e nove estados e províncias de dez países, que abrangem mais de um terço das florestas tropicais do mundo, incluindo toda a Amazônia brasileira, a grande maioria das florestas do Peru e mais de sessenta por cento das florestas da Indonésia.

A pandemia global devastou nossas comunidades e afetou os meios de subsistência de milhões de pessoas em nossas regiões. Lembrou a todos nós, mais uma vez, que preservar as florestas e suas comunidades é fundamental para proteger a saúde pública em nível global.

Sabemos que estamos na linha de frente da luta contra as mudanças climáticas e o desmatamento em florestas tropicais. Vemos os impactos todos os dias e sabemos que temos responsabilidades especiais no esforço global para proteger as florestas e o clima. Continuamos comprometidos com a agenda global de proteção das florestas e

estamos dispostos a fazer mais do que nos cabe. Porém, nunca teremos sucesso nessa jornada se não reduzirmos a pobreza, melhorarmos os meios de subsistência e trazermos oportunidades econômicas significativas para os nossos povos.

Em toda a Força tarefa GCF, esforços estão em curso para construir uma nova economia florestal, que alie a sabedoria e o conhecimento dos povos indígenas e das comunidades locais à ciência e à tecnologia modernas, utilizando o poder da iniciativa privada e da ação pública cientes de que somos todos povos dependentes da floresta.

A ideia de uma nova economia florestal é conhecida por vários nomes: Bioeconomia, Economia Verde e Amazônia 4.0. Muitos estados e províncias da Força Tarefa GCF vêm trabalhando há anos para transformar essa visão em ação. Entendemos que não existe um plano ou modelo único para todos seguirmos. Porém, também sabemos que temos muito a aprender uns com os outros, à medida em que passamos do compromisso para a ação. E sabemos também que não teremos sucesso em nossos esforços sem parceiros fortes e apoio financeiro adicional.

Nossos esforços para construir uma nova economia florestal são baseados em abordagens abrangentes, que permeiam toda a jurisdição. Temos muitos projetos maravilhosos ocorrendo em nossos estados e províncias, que proporcionaram oportunidades importantes de experimentação e aprendizagem. Contudo, essa agenda nunca obterá sucesso se focarmos apenas em projetos. Desde o seu início, a Força Tarefa GCF tem estado na vanguarda dos esforços para articular e avançar nas abordagens subnacionais para o desenvolvimento de baixas emissões.

Todos nós desenvolvemos estratégias subnacionais e planos de investimento que fornecerão as necessárias estruturas abrangentes para os nossos esforços, no sentido de traduzir em ação os nossos compromissos e visões de uma nova economia florestal.

Ao desenvolvermos essas estratégias e as colocarmos em prática, trabalharemos em conjunto com nosso estimado cofundador da Força Tarefa GCF, Estado da Califórnia, acompanhando o Padrão Floresta Tropical (Tropical Forest Standard), bem como com outras organizações desenvolvedoras e gestoras de padrões. Entendemos que esses padrões incluem um conjunto robusto de critérios para a avaliação do desempenho de nossos programas subnacionais. Mas também sabemos que as iniciativas de pagamento por desempenho projetadas por parceiros da cooperação e grandes empresas não resolverão o problema do desmatamento tropical. Assim, solicitamos à comunidade internacional, ao setor privado e às instituições financeiras que também considerem nossas prioridades e nossos planos para uma nova economia florestal, que beneficie todas as pessoas que vivem em nossos estados e províncias.

Fazendo um balanço

Em 2014, os governadores da Força Tarefa GCF de todo o mundo aderiram à Declaração de Rio Branco que, entre outras coisas, comprometeu os estados e províncias da força tarefa em reduzir o desmatamento em oitenta por cento até 2020, caso fosse disponibilizado o apoio financeiro suficiente para o longo prazo. A

Declaração de Rio Branco também convocou o setor privado para o desenvolvimento de parcerias para o fornecimento preferencial de *commodities* importantes, como soja, óleo de palma e carne bovina de jurisdições de alta produtividade. Por fim, a Declaração de Rio Branco estabeleceu o compromisso dos estados e províncias da Força Tarefa GCF com o direcionamento de uma parcela significativa de quaisquer fundos de pagamento por desempenho aos povos indígenas, comunidades locais e pequenos agricultores que vivem dentro das nossas fronteiras.

Embora o desmatamento tenha diminuído em muitos estados e províncias da Força Tarefa GCF, não conseguimos atingir nossas metas para 2020, quando chegou a haver, inclusive, o aumento do desmatamento em alguns casos, especialmente em meio à pandemia de COVID-19.

Estamos trabalhando arduamente para resolver essa situação e sabemos que devemos redobrar os nossos esforços. Porém, também sabemos que não podemos fazer isso sozinhos. Embora alguns de nós tenhamos desenvolvido parcerias importantes na última década, muitos de nossos estados e províncias não conseguiram ter acesso ao financiamento público ou privado para apoiar os seus programas e construir a capacidade de longo prazo que precisamos para implementação. Tudo isso se agravou com a pandemia do COVID-19, que devastou nossas economias, nossos orçamentos e nossa capacidade de ações sustentáveis para a proteção de nossas florestas.

Apesar de serem encorajadoras as recentes promessas de apoio financeiro sinalizadas em Glasgow e o atual entusiasmo por abordagens subnacionais para reduzir as emissões nos mercados voluntários de carbono, estamos preocupados com o fato de, mais uma vez, restarem pouco mais do que vagas promessas de futuros investimentos. É hora de todos nós intensificarmos e nos unirmos para a criação de soluções duradouras e de início imediato. É por isso que estamos aqui hoje.

Renovando os Compromissos e Acompanhando a Implementação

Com o Plano de Ação de Manaus estamos renovando nossos compromissos de reduzir o desmatamento em pelo menos oitenta por cento em relação aos níveis atuais até 2030, alinhado aos compromissos já assumidos pelos estados subnacionais membros, bem como aumentar os esforços de restauração e adaptação das florestas e aumentar a resiliência das florestas tropicais, caso sejam disponibilizados financiamento e apoio suficientes de longo prazo. Também estamos renovando nosso compromisso de fornecer uma parcela significativa de qualquer financiamento de pagamento por desempenho para Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs) em nossos estados e províncias. Reafirmamos, ainda, nosso endosso aos Princípios Orientadores para Colaboração e Parceria entre Governos Subnacionais, Povos Indígenas e Comunidades Locais (Princípios Orientadores), além de enfatizamos nosso firme compromisso de nos envolvermos com representantes de PICLs para criarmos, em conjunto, processos que permitirão nossa parceria na concepção e implementação dos programas subnacionais, como já iniciado em vários estados e províncias da Força Tarefa GCF.

Acreditamos que as estratégias subnacionais e os planos de investimento que desenvolvemos com nossos vários parceiros fornecem a base para esses esforços. Também acreditamos que o importante trabalho dos comitês globais e regionais do IPLC e os processos contínuos das partes interessadas em nossos estados e províncias para construir os relacionamentos e a confiança que são essenciais para nossos esforços coletivos. Além disso, enfatizamos que a participação e a parceria efetiva de PICLs só serão possíveis se o financiamento e o apoio apropriado forem disponibilizados às organizações representativas destes segmentos.

Também sabemos que nossos compromissos devem ser duradouros e trabalharemos para garantir a sua continuidade por nossos sucessores em futuras administrações, independentemente da filiação partidária. Hoje, convocamos todos os futuros Governadores da Força Tarefa GCF a endossar o Plano de Ação de Manaus para incorporar seus princípios e compromissos ao plano de trabalho de nossos governos, à medida em que emergimos da pandemia do COVID-19 e trabalhamos para reconstruir nossas economias.

Por último, procuramos parcerias, tanto para desenvolver a organização e a infraestrutura necessárias para acompanhar e verificar o nosso progresso, como também para mobilizar os recursos para preencher lacunas e responder às novas oportunidades. À medida em que continuamos a implementar nossas estratégias subnacionais e planos de investimento, precisamos de fontes de apoio rápidas e flexíveis, para contornar gargalos e resolver problemas.

Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal

A fim de orientar nossos esforços para implementar esses compromissos, engajamo-nos em discussões robustas ao longo do último ano para desenvolver estratégias regionais para a implementação do Plano de Ação de Manaus, que serão detalhados por cada região, no contexto de suas estruturas legais e políticas nacionais. Esses planos estão disponíveis como anexos a este documento. Todos eles são baseados em quatro pilares comuns, aqui destacados:

Pessoas e Comunidades

A nova economia florestal deve funcionar, em primeiro lugar, para as pessoas e as comunidades em nossos estados e províncias. Isso inclui não só as pessoas que vivem em nossas florestas, mas também as que vivem em nossas cidades e vilas.

Os esforços contínuos para garantir os direitos de posse da terra para as comunidades devem ser a base desses esforços, e nos comprometemos a continuar trabalhando com nossos parceiros IPLC e nossos respectivos governos nacionais para garantir esses direitos.

Também nos comprometemos a implementar os Princípios Orientadores e outras salvaguardas sociais dentro de nossas respectivas leis e políticas, além de garantir que

nossas comunidades possam participar como parceiras no desenvolvimento e implementação de nossas estratégias subnacionais e planos de investimento.

Apoiaremos e expandiremos os experimentos em andamento na gestão participativa de áreas protegidas, programas de pequenos produtores e novas iniciativas para desenvolver e apoiar empreendimentos comunitários.

Além disso, registraremos programas socioambientais e modelos de desenvolvimento inovadores e baseados nas comunidades, e trabalharemos com nossos companheiros e parceiros, para aprendermos com esses programas e adaptarmos em toda a Força Tarefa GCF.

Trabalharemos para expandir nossas parcerias com as comunidades locais e seus líderes, e assumimos o compromisso de nos engajarmos ao importante trabalho de equidade de gênero, que é necessário para uma liderança política mais inclusiva em nossos estados e províncias. Sabemos da importância de semear novas lideranças, convocando os jovens em nossos estados e províncias, bem como em toda a nossa rede global, para se juntarem a nós neste trabalho fundamental que estamos começando hoje em Manaus e levaremos adiante, juntos, nos próximos anos.

Conhecimento, Tecnologia e Inovação

Nossa visão para uma nova economia florestal depende da mobilização da ciência e tecnologia, combinando-as ao conhecimento e à sabedoria tradicionais das pessoas que vivem na floresta.

Apelamos aos nossos parceiros para que trabalhem conosco na construção da infraestrutura para a bioeconomia. Isso inclui o estabelecimento de centros de inovação florestal em nossas principais regiões e em estados e províncias. A construção desses centros deve se basear em fortes parcerias com nossas universidades e instituições de pesquisa, nossas organizações locais da sociedade civil e nossas empresas locais. Queremos treinamento e intercâmbio para as pessoas que vivem em nossos estados e províncias, capital inicial para startups e tecnologia de código aberto adequados para o desenvolvimento de nossas economias florestais, de modo a se efetivarem para todo o nosso povo, e não apenas para grandes empresas e/ou investidores externos.

Convocamos nossos parceiros a nos ajudarem a desenvolver novas plataformas de dados e conhecimento, que nos permitirão a: 1) monitorar as condições e tendências nas nossas jurisdições; 2) monitorar, relatar e verificar nosso desempenho; e 3) avaliar novas oportunidades do uso sustentável da terra.

Invocamos também os nossos parceiros a nos ajudarem a avaliar as novas regulamentações de mercado para as principais exportações, requisitos e sistemas de certificação e rastreabilidade, além de novas soluções criativas e locais para melhorar as cadeias de valor e garantir o acesso ao mercado para novos produtos.

Financiamentos, Investimentos e o Setor Privado

Sabemos que não podemos criar uma nova economia florestal sem apoio financeiro adicional substancial, e convocamos nossos respectivos governos nacionais, instituições financeiras multilaterais e bilaterais, fundações filantrópicas e o setor privado a trabalhar conosco para planejar novas abordagens para o apoio aos nossos esforços de implementação dessa agenda.

Todos nós desenvolvemos planos de investimento detalhados associados às nossas estratégias subnacionais e mapeamos e avaliamos nossas necessidades de capacidade para acessar diferentes oportunidades financeiras. Acreditamos firmemente que este trabalho deve ser a base para os esforços de desenvolvimento de novos arranjos de financiamento. Devemos garantir que não nos envolvamos em atividades redundantes para avaliar as necessidades, valorizando o senso de urgência.

Precisamos da assistência de órgãos confiáveis e independentes para nos ajudarem a avaliar oportunidades de financiamento de carbono, antes de decidirmos dedicar recursos públicos escassos para buscar essas oportunidades. Estamos preocupados com os muitos potenciais conflitos de interesse que vemos nos mercados voluntários de carbono. Pedimos àqueles, do crescente setor de mercado de carbono, que ouçam atentamente e considerem seriamente as necessidades e capacidades de nossos estados e províncias, que reconheçam que alguns de nós ainda não estamos prontos para acessar essas oportunidades, e que nos encontramos onde estamos, não onde queiram que estejamos. Pedimos que nossos parceiros da sociedade civil evitem as rivalidades e disputas de território, que só nos atrasam, e sejam transparentes e abertos sobre eventuais conflitos de interesse. Pedimos também, novamente, que todos os nossos parceiros, públicos e privados, levem em conta a nossa necessidade de apoio inicial e contínuo para capacitação e assistência técnica. Nada disso pode acontecer sem uma comunicação aberta, transparente e coordenada entre todos os atores relevantes.

Por fim, conclamamos nossos governos nacionais e nossos parceiros internacionais a trabalhar conosco para projetar novos instrumentos financeiros públicos, e que redirecionem o capital destinado a atividades destrutivas para uma nova economia florestal, considerando a necessidade premente de criar oportunidades significativas para nossos povos.

Governo e Políticas Públicas

Temos ciência de que boa governança e políticas públicas duradouras são a base de nossas estratégias subnacionais e planos de investimento. Muitos estados e províncias da Força Tarefa GCF estão revisando constantemente as leis existentes e adotando novas leis, políticas e programas para promover uma nova economia florestal.

Acreditamos que precisamos defender as áreas protegidas existentes, incluindo territórios indígenas, e explorar alternativas inovadoras contra o desmatamento ilegal das florestas. As pessoas que vivem dentro dessas florestas dependem de que os

governos fiquem ao lado delas e usem as ferramentas de regulação, comando e controle e fiscalização consistente para proteger as florestas e criar o espaço e a segurança necessários para que as comunidades construam seu próprio futuro e assegurem seus próprios meios sustentáveis de subsistência.

Também percebemos que, assim como os governos, temos a responsabilidade de criar as condições favoráveis e estruturas institucionais para promover investimento e apoio para o desenvolvimento de novas bioeconomias baseadas em florestas. Continuaremos a trabalhar em leis, políticas e programas inovadores para fornecer segurança e transparência ao investimento, de forma a preencherem a lacuna entre investidores externos e nossos estados e províncias – lugares onde nascem as bioeconomias. Além disso, continuaremos a construir novas instituições público-privadas, permitindo que nossos governos trabalhem com novos parceiros do setor privado para conservação e desenvolvimento.

Ademais, continuaremos a revisar leis existentes e adotar novas leis, de forma a garantir que os compromissos que assumimos, como os Princípios Orientadores e os compromissos do Plano de Ação de Manaus, sejam incorporados às nossas leis e políticas estaduais e provinciais. Isso vai assegurar que nós, assim como os governos, não apenas sejamos responsabilizados, mas também criemos os processos necessários para promover a conservação das florestas e proteger os direitos territoriais.

E para concluir, continuaremos trabalhando com nossos parceiros para ampliar a formação e o intercâmbio de nossos servidores e investir em suas carreiras, garantindo, assim, a continuidade dessa agenda e proporcionando estabilidade em todos os ciclos políticos. Também trabalharemos para mantermos o engajamento aos nomeados políticos de alto nível em nossos governos, de forma a assegurar que eles continuem avançando nas metas da Força Tarefa GCF.

* * *

Como a maior e mais antiga rede governamental subnacional do mundo dedicada à conservação florestal e ao desenvolvimento sustentável e com baixas emissões, sabemos que temos responsabilidades diferenciadas no combate às mudanças climáticas, na proteção das florestas tropicais e na melhoria da subsistência de milhões de pessoas que vivem nos trópicos. O Plano de Ação de Manaus para uma Nova Economia Florestal demonstra nosso compromisso com esses fins e com nossa determinação em traduzir esses compromissos em ações. Junte-se a nós na construção de uma nova economia florestal.